

ESCOLAS URBANAS: CONTRA A VIOLÊNCIA, CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL¹

Prof^a. Adriana Lira - UCB²
adrianalira@ucb.br

Prof^a. Denise Maria Soares Lima - UCB³
avdenise@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo averiguar a existência da violência racial na EJA e o que faz a escola para superá-la. Para tanto, realizou-se pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa. Os dados, coletados em 2011, em escola da rede pública de ensino de Brasília com seis turmas de estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental, reúne uma amostra de 90 estudantes e seis educadores. As informações prestadas pelos estudantes e professores foram consensuais no que se refere à identificação da falta de um trabalho de superação deste tipo de violência que ocorre de muito naturalizado. Assim, verificamos que a escola, portanto, deixa a desejar no cumprimento de sua missão que é a de preparar os estudantes para compreensão de História e Cultura da África e Afro-brasileira para o respeito às diversas culturas e à valorização da população negra para se cultivar uma cultura de paz e o respeito à diversidade.

Introdução

O cumprimento do dever na promoção da convivência entre os indivíduos para respeito às diferenças de gênero, religião, orientação sexual, classe, cor e tantas outras nem sempre ocorre nas escolas. De modo que a falta de atividades para promoção da convivência das diversas culturas coexistentes acabam por agravar os preconceitos e estereótipos

¹ Trabalho elaborado para apresentação na modalidade comunicação oral – no GT: Territórios Juvenis, o rural e o urbano – no V JUBRA (ano 2012), Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Evento acadêmico, interinstitucional e interdisciplinar que congrega pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a discussão de pesquisas, programas e projetos sociais referentes à juventude.

² Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Professora ajunta na mesma Universidade e Secretária Executiva da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da UCB.

³ Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Advogada e Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e integrante do grupo de pesquisa da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da UCB.

existentes. Entre esses, destacamos o preconceito racial. Diversas são as manifestações de discriminações para com o estudante negro não apenas entre os alunos, mas também dos adultos para com os estudantes com acentuadas diferenças entre brancos e negros. Incomodadas com estas questões, as autoras, pesquisadoras na área de violências e educação antirracista, respectivamente, buscaram unir esforços para refletir e apresentar o racismo como forma de violência grave, uma vez que ele tem efeitos devastadores para a população negra brasileira.

Embora não haja consenso entre os pesquisadores a cerca de definição para o fenômeno da violência, apresentamos aqui algumas definições que denunciam o que não se pode tolerar a forma como se tratam os seres humanos, neste caso, os estudantes negros, assim também considera Charlot (2005). A discriminação racial inferioriza o estudante negro, o que acaba por gerar ainda mais desigualdade. No entanto, nas escolas, verifica-se que geralmente esta é silenciada ou omitida em contradição às diversas leis que pregam a igualdade e a integridade do indivíduo, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2010) e a Constituição Federal (BRASIL, 2010a). Para tanto, apresentamos dados de uma pesquisa realizada na capital brasileira com estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cujo problema da discriminação é uma de suas realidades. Contudo, destaca-se a forma naturalizada como este vem ocorrendo.

Antes da apresentação dos dados de pesquisa propriamente dita, faremos uma breve exposição a fim de situar o leitor acerca da definição de violência e racismo. Num segundo momento, são diferenciados os termos preconceito, discriminação e racismo. O artigo convida à reflexão sobre o papel da escola em face dessa violência em seu cotidiano, acentuando ainda mais as diferenças entre brancos e negros. A dificuldade de convivência com as diferenças faz com que as escolas, quer seja na realidade brasileira ou em outro lugar, tornem-se territórios de violências. Porém, as instituições parecem ainda não ter si dado conta disso, voltando-se a cuidar excessivamente da segurança física, no afã superá-las (Cf., p. ex., LIRA; GOMES, 2010).

Discriminação racial como forma de violência

Verificamos na literatura que várias são as definições dadas ao termo violência. Até porque novos paradigmas das violências vêm se desenvolvendo, assumindo assim, novos significados, ampliando-se o conceito e incluindo eventos que passa por práticas costumeiras nas relações sociais. Apesar de uma vasta literatura sobre essa temática, cujo fenômeno é

desafio no Brasil e no mundo, verifica-se a necessidade de uma maior atenção à discriminação racial como forma de violência grave que vem se proliferando no contexto escolar. Assim, não pretendemos apresentar definições tradicionais para o termo “violência”, mas destacar alguns conceitos que acabam por justificar a discriminação em relação à raça como forma de violência específica, assim como outras formas de manifestação quase sempre mais exploradas (violência sexual, física, etc.).

Acreditamos que refletir sobre esse problema tão presente no contexto brasileiro, é um primeiro passo para a superação deste desafio, ao mesmo tempo em que apontamos que a escola exerce uma responsabilidade frente a este problema que acaba por contribuir para um Brasil ainda mais desigual.

Para Charlot (2005, p. 24), “violência” é o nome que se dá a um ato, uma palavra, uma situação etc., em que um ser humano é tratado como objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível. Ainda de acordo com Charlot (2002), a violência escolar se classifica em três níveis: violência física (golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo), incivilidades (humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito) e violência simbólica ou institucional (ex., ensino como desprazer, relações de poder entre alunos e professores etc.). A discriminação racial, por sua vez, se manifesta em todos os níveis. Outra definição importante para identificarmos o racismo como forma de violência grave é a definição apresentada pelo filósofo Michaud (1989, p.11) que considera que há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, ou seja, em sua integridade física, moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais; tal qual estão submetidos os estudantes negros.

Ambos os conceitos anteriormente apresentados são suficientes para destacar o racismo com uma das facetas de violências pelas quais estão submetidos os estudantes negros, cujos efeitos são perversos para esses. Todavia, essa forma de violência tem passado despercebida mesmo na escola, local, por excelência, de aprendizagem e constituição do indivíduo como cidadão. Assim, nos questionamos como podemos falar em educação de qualidade para todos, se naturalizamos o preconceito racial no espaço escolar? Como a escola encaminha este problema de modo a promover a convivência e o respeito à diversidade?

Embora não tenhamos uma definição melhor e mais completa para o termo violências, não podemos deixar de ter uma opinião, reconhecida ou oculta, acerca do que é impossível

aceitar a forma como se tratam os seres humanos (CHARLOT, 2005), ainda mais no espaço educativo que fragiliza diariamente os estudantes negros.

Nesse caso, destaca-se a importância do educador como mediador dos conflitos ou na não permissão que isso aconteça, principalmente, no trabalho de orientação dos estudantes para cumprir a sua missão que é a de preparar estudantes para compreensão de História e Cultura da África e Afro-brasileira, levando-os ao respeito às diversas culturas e à valorização da população negra, conforme determina a Lei Federal n. 10.639, publicada em 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003). Ao contrário, vemos que a violência racista tem sido muitas vezes banalizada no espaço escolar, às vezes com a omissão dos professores em face das posturas excludentes. Atitude essa tão grave quanto às práticas discriminatórias ao mesmo tempo em que tanto desejam superar as violências dentro e fora de seus muros.

Assim, considera Lira (2010) que a escalada das violências, em geral devido à omissão da escola, à banalização dos fatos ou ao investimento de medidas pouco exitosas, como, por exemplo, o excesso de segurança física, contribui consideravelmente para o descrédito da escola enquanto instituição formadora, já que ela fica estigmatizada, além de contribuir para o fracasso escolar e as desigualdades sociais.

No que se refere à violência racista contra o indivíduo, ela pode ser física, variando de agressões a homicídios, e psíquica. Quanto a essa, Costa (1986) analisa seus elementos constitutivos e elenca algumas constatações: 1) a identidade do negro é destruída; 2) a violência racista é capaz de subtrair a vontade do negro de explorar suas potencialidades; 3) o pensamento negro é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor da pressão racista. De modo que todo o desenvolvimento do indivíduo é comprometido em face da opressão racial a que é ou está submetido. Argumento ratificado por Bento (2009, p. 54), em estudos dedicados ao branqueamento, onde revela: “A militância negra tem destacado persistentemente as dificuldades de identificação racial como um elemento que denuncia uma baixa autoestima e dificulta a organização negra contra a discriminação racial”.

Vale salientar que as discriminações também se manifestam institucionalmente. É importante observar que as instituições estão presentes na atividade humana, não somente no trabalho, mas nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, de acesso à justiça, e outras. Neste aspecto, reforça Hasenbalg (1992), o racismo está em todas as etapas do ciclo de vida de um indivíduo negro ou mestiço no Brasil, está presente em tudo que tem a ver com a construção da sociedade: família, escola, trabalho e outros, devendo, pois os educadores e a escola estar atentos a esta questão, uma vez que em todos esses espaços cotidianos, a

violência institucional se apresenta: de modo omissivo, quando seus agentes não empreendem mecanismos para combater a reprodução de valores racistas, ou de modo omissivo, quando cometem atos discriminatórios contra os grupos.

Para ilustrar, citam-se alguns exemplos: 1) na família: a ideia de “cabelo ruim” é passada na infância, as crianças são expostas a imagens estereotipadas sobre negros e mestiços, desde que começam a falar (HASENBALG, 1992); 2) na escola: nas interações professor/aluno branco, percebe-se um tratamento diferenciado e mais afetivo dirigido às crianças brancas, a essas o contato físico é natural, acompanhado de beijos, de abraços e de toques (CAVALLEIRO, 2003); e 3) no trabalho e renda: [...] dados apresentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam que nas filiais de cinco maiores bancos privados do país, no Distrito Federal, em 2005, havia uma proporção de 19% de trabalhadores negros, e seus salários, em média, se restringiam a cerca de 55% do que recebiam os trabalhadores brancos, embora o grau de escolaridade daqueles não fosse menor que esses (JACCOUD, 2008).

Diante do exposto, o debate em torno das relações raciais deve envolver não somente as minorias discriminadas, mas os indivíduos, grupos e instituições privilegiados que acabam dando visibilidade a um discurso racializado, ainda que de modo silencioso (BENTO, 2009). Daí a necessidade de um trabalho na sala de aula, capaz de combater esse discurso.

Nessa perspectiva, entendendo que a escola se constitui um dos espaços mais privilegiados no processo formativo do estudante – cuja tarefa é a transmissão de conhecimentos – a educação para as relações raciais se alia à necessidade de se romper com um modelo educacional historicamente herdado baseado em pressupostos de universalização e construção de uma cultura única. Precisa-se, portanto, criar alternativas tendo em vista uma educação antirracista.

O racismo, o aluno e a escola

Estudos recentes como, por exemplo, os de Cavalleiro (2001) e Bento (2006) sobre questões raciais educacionais, principalmente referentes à inserção de negros e brancos em espaços escolares, apontam a existência do racismo como promotor de desigualdades e tratamentos discriminatórios no espaço escolar. Na mesma via, autores contemporâneos, ao analisarem os discursos em livros didáticos sob o aspecto ideológico, sustentam a presença de relações de desigualdades raciais (PINTO, 1987; SILVA, 2008). Assim, o Estado e suas

instituições são fundamentais na desconstrução do preconceito. Neste contexto, a escola deve desempenhar papel essencial, buscando formar sujeitos ativos e críticos, optando pela negação de preconceitos raciais enraizados, e estar alerta e aberta para propor debates e reflexões sobre posturas e práticas antirracistas.

Neste sentido, a promulgação da Lei Federal n.10.639/03 (BRASIL, 2003), que determina incluir no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências, representou um avanço no sentido da promoção da igualdade racial, ao colocar o tema na pauta do educador: discussões sobre raça, preconceito, discriminação, racismo e valorização da população negra. Além disso, a referida legislação que acrescentou o artigo 26-A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (BRASIL, 2010) traz em seu texto todos os pré-requisitos para ser recepcionada, já que não fere nem ofende nenhum princípio constitucional. Aliado ao texto constitucional de 1988 (BRASIL, 2010a), o artigo da LDB, ao exigir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, concretiza via política pública educacional um instrumento capaz de dar resposta às demandas sociais exigidas, principalmente pelos movimentos sociais negros e pela sociedade civil.

A partir de Bento (2006), podemos perceber que os negros convivendo, numa sociedade que os discrimina e os associa a uma imagem negativa, muitos internalizam uma imagem ruim sobre seu povo e sobre si mesmo. Ao se sentirem inferiores, na visão da autora, reproduzem um dos efeitos mais perversos do racismo: a perda da autoconfiança. Contudo, a existência do texto legal só se transformará em direito para toda a comunidade escolar na medida em que a escola construir em seu interior, práticas concretas de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.

Metodologia

A pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa foi realizada em 2011, em uma escola urbana da rede pública de ensino de Brasília com seis turmas de estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e reúne uma amostra de seis educadores e 90 estudantes do ensino fundamental dos turnos matutino e noturno de uma mesma escola.

Inicialmente, a pesquisa tinha como meta ouvir apenas os estudantes por meio de grupos focais e entrevistas com estudantes negros. Porém, na oportunidade, acabou-se por

realizar também um grupo focal com os professores dessas turmas, oportunizando assim, um confronto das informações prestadas por discentes e docentes.

No que se refere ao perfil dos estudantes, trata-se de estudantes de 5ª a 8ª série da educação EJA do ensino fundamental, com idade entre 18 a 50 anos.

Em relação aos professores que compuseram esta amostra, quatro eram mulheres, (sendo duas delas negras), e dois eram homens. Todos eram efetivos e todos tinham mais de 10 anos de atuação como docente nesta modalidade de ensino. Em sua maioria (4 professoras), eram graduados e dois cursavam Mestrado em Educação. No que se refere à idade, tinham entre 30 e 50 anos de idade. As disciplinas por eles ministradas eram: Língua Portuguesa, História e Geografia.

Os dados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo. Nessas análises, adotamos os estudos de Bardin (2009), que orienta sobre as fases fundamentais a serem consideradas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O principal objetivo deste trabalho foi, conforme destacado anteriormente, averiguar a existência da violência racial na EJA e o que faz a escola para superá-la.

Discussão e análise dos dados

Cavalleiro (2001) destaca que as questões raciais nem sempre são levadas em conta no fazer profissional, de modo que no cotidiano escolar nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção de preconceitos seja um problema.

Com base nessa reflexão, observamos que das seis turmas pesquisadas, apenas uma dessas declarou que era trabalhado o tema da História e Cultura da África. As aulas eram contextualizadas pela professora para realização de debates e, posteriormente, o desenvolvimento de textos escritos. Entretanto, a mesma proposta não era desenvolvida pelas demais turmas na escola sob a alegação de tempo para vencer os conteúdos, assim, afirmaram duas das professoras em grupo focal, sendo ratificadas por suas colegas também professoras “(...) nós não trabalhamos com frequência a temática do negro, porque são muitos os conteúdos instituídos pela Secretaria para vencermos (...), mas trabalhamos em novembro no Dia da Consciência Negra” (Professora de História, 47 anos).

Ao se referir ao Dia da Consciência Negra como um dia “eleito” para a discussão das questões raciais, assim observa uma das professoras: “No dia da Consciência Negra dedicado pela escola, vemos, por exemplo, as meninas mais bonitas, com cabelos chapados,

ou seja, elas se valorizam mais". (Professora de Geografia, 32 anos). Estas falas revelam concepções carregadas de preconceitos, tanto em relação ao espaço cedido para as discussões raciais que estão limitadas à referida data como em relação ao que denominam beleza negra. O termo *cabelos chapados* associado à beleza ratifica modos estereotipados de tratar o tema.

Vale salientar que a data 20 de novembro fora instituída anteriormente, consta-se que em 1971, porém a sua inserção no calendário escolar demonstra uma preocupação em trazer para o cotidiano escolar um dia representativo para a população negra, já que, geralmente, nos calendários escolares encontramos representações eurocêntricas, tais como: Semana Santa, festas juninas, Independência do Brasil, entre outras.

Com a fala dos professores, verificamos que a Lei Federal n.10.639/03, com quase uma década de promulgação, está longe de ser efetivada. A fala citada acima, leva-nos a perguntar se um dia do ano seria o suficiente para trabalhar a consciência dos estudantes para que desmistifiquem a visão negativa que eles têm sobre a cultura africana como, por exemplo, no discurso dos estudantes: "*eu acho que na África é muita miséria*" (Grupo focal, aluno, 6ª série, 39 anos).

O discurso dos estudantes se confirmou com as afirmações dos estudantes que revelaram que a temática do negro e da Cultura Afro-Brasileira em geral não é trabalhada. Por outro lado, foi consenso entre os estudantes, participantes da pesquisa, a denúncia de vitimação por serem negros, feitas pelos colegas, e, também por professores: "*alguns colegas já me chamaram de nega do cabelo duro. Em alguns momentos me senti excluída do grupo por ser negra. A professora também via que isso existia, mas nunca se manifestou ou adotou qualquer posicionamento para tratar do fato*" (Entrevista, aluna, 5ª série, 28 anos).

Neste sentido, pesquisa recente, 2009, sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), demonstrou que todas as pessoas envolvidas com a Escola, desde os pais até os docentes, praticam algum tipo de discriminação. 99,3% dos alunos, pais e funcionários têm algum tipo de preconceito étnico-racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração, orientação sexual ou territorial.

No discurso da estudante, vimos que a discriminação racial se manifesta de modo ativo e omissivo, já que a ausência de posicionamento da professora perante o fato revela o quanto a discriminação racial é assimilada passivamente no cotidiano escolar.

São várias as queixas dos estudantes que revelam o preconceito contra os estudantes negros “ *Por exemplo, eu já ouvi professores contarem piadas racistas em sala, mas eu não podia fazer nada*”, revelou uma estudante negra, 6ª série, grupo focal, 32 anos.

Em conversa com os estudantes, verificamos que vários são os relatos de práticas discriminatórias no ambiente escolar adulto. No grupo focal, foi notória a insensibilidade dos professores para com a questão da discriminação racial. Em geral, verificou-se que os educadores estão voltados para questões rotineiras e para a transmissão de conteúdos, tornando-se insensíveis aos problemas racistas que se fazem presentes no cotidiano escolar. s.

Ao perguntar aos professores e estudantes sobre o que fazem para superar a discriminação na sala de aula, verificamos que apenas uma professora desenvolve um trabalho de orientação aos estudantes. Esta professora de Língua Portuguesa (Profª M.), ganhou o respeito dos estudantes, motivando-os para a reflexão da questão racial, ao mesmo tempo em que acolhe dos estudantes, torna a educação mais prazerosa, uma vez que os ensina a conviver uns com outros e apreciar a diversidade.

Inspiradas nesta professora, e por acreditarmos na possibilidade de que o professor pode ser o diferencial para superação da violência racista na escola, reservamos o espaço que se segue para apresentação de alguns depoimentos que julgamos ser satisfatórios nesta turma:

“A professora nos apresenta aos poucos a história da África, ao mesmo tempo em que nos convida a quebrar os preconceitos que trazemos já da nossa família. Hoje tenho mais amigos negros” (Entrevista semiestruturada, aluna, 6ª série, 22 anos, noturno).

“Eu sou negro e confesso que só depois do trabalho da professora foi que eu comecei a entender a história da África. Sou aluno da professora desde o ano passado e pelo que percebo este é um compromisso da professora, discutir o preconceito em sala de aula (Grupo focal, 35 anos, 6ª série, noturno).

“O trabalho desenvolvido nesse semestre foi muito importante com vários assuntos importantes para o nosso futuro e moral. Aprendemos a respeitar as pessoas com igualdade, sem discriminação ou preconceito. [...] Foi um trabalho maravilhoso, eu gostei tanto do Mumba, com o trabalho do racismo”. (Entrevista, aluno, 6ª série, 29 anos, noturno).

“Antes de estudar com a Profª. M., eu não sabia como no Brasil ainda tem tanto racismo! Eu aprendi muito com ela como os negros são fortes para lutar pelos seus direitos e eu vou ser um deles” (Grupo focal, aluno, 5ª série, matutino).

“A experiência que tive nesse trabalho do Nairobi, foi que eu aprendi que não devemos ser racistas e valorizar mais os negros. [...] Aprendi a ver um lado do preconceito que eu não sabia e também achei muito interessante porque eu aprendi a me ver e me aceitar também”. (Grupo focal, aluna, 5ª série, noturno).

Em síntese verificamos, nos depoimentos acima, os alunos expressam o que aprenderam, falando da importância de adotarem práticas antirracistas em seu cotidiano, de modo a ampliar conhecimentos e contribuir para melhorar e solucionar questões coletivas. Por meio destes depoimentos, fica evidenciada a importância que o educador exerce na formação de seus estudantes, não apenas no que se refere ao desenvolvimento de habilidades e competências, mas, sobretudo, na promoção da convivência no respeito à diversidade, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

Em Freire (1996), relei-se e reforça-se a necessidade de se construir um novo olhar sobre a educação. Com ele, percebe-se a importância do amor nas relações pedagógicas, capaz de transformar a vida; a importância da troca, do coletivo, da parceria em educação, do compartilhar com o outro: o diálogo, a palavra, a humildade, o encontro e reencontro, o pensar autêntico, o respeito ao indivíduo, às suas diferenças e à cultura de cada um.

Todavia, cumpre lembrar os cuidados destacados por Chagas (2008) ao trabalhar a temática da cultura afro-brasileira. É preciso estar atento para cumprir um dos objetivos trazidos pela lei, ou seja, não reproduzir a ideia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros, de modo que o que deve ser desenvolvido nos alunos é o senso crítico na perspectiva de que outra imagem seja construída. À obrigatoriedade imposta pelo Estado devem ser acrescentados compromisso e responsabilidade do professor.

Considerações finais

A violência racista, que ocorre de modo muito naturalizado no espaço escolar, precisa ser considerada e tratada como as demais formas de manifestação da violência, fazendo valer as tantas leis já conquistadas, como, por exemplo, a Lei Federal n. 10.639/2003.

O pressuposto da referida lei (10.639/2003) não é apenas a aquisição do novo conteúdo, mas pautar a temática racial na educação básica a fim de garantir um aprendizado exitoso seja na educação regular ou na educação de jovens e adultos. Entretanto, faz-se necessário que a escola também participe, ativamente, refletindo em que sociedade se encontra, qual modelo deseja reproduzir e qual o cidadão deseja formar.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona Edições, 2009.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo: Ática, 2006.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 25-57.
- BRASIL. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação. 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010a. Disponível em:< <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo negro, 2001.
- CAVALLEIRO. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. Formação docente e cultura afro-brasileira. *Revista África e Africanidades*. Ano I. n. 3, nov. 2008. Disponível em <www.africaeaficanidades.com> Acesso em 07 maio 2011.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- CHARLOT, Bernard. Prefácio. ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, 2005. p. 17-25.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Grall, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. Negros e mestiços: vida cotidiano e movimento. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. (Orgs.). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

JACCOUD, Luciana. O Combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

LIRA, Adriana; GOMES, Candido Alberto da Costa (Orient.). *A organização escolar: a relação entre clima e violências*. 206 f. Brasília. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

MEC/INEP/FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf> Acesso em: 02. ago. 2010.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, Regina P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 63, p. 88-92, nov. 1987. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/659.Pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

SILVA, Vinícius Baptista da. *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.